



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1977

ANO III

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

— A Constituição Estadual passa a vigorar com as seguintes alterações, incluindo-se em seu Título V os arts. 157, 158, 159, 160 e 161:

I — O Art. 11 e o seu § 1o., passam a ter a seguinte redação:

Art. 11 — Não perderá o mandato o deputado investido em função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

§ 1o. — Somente se convocará suplente no caso de vaga ou nos de investidura em função prevista neste artigo. Não havendo suplente, e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la, se **faltarem** mais de quinze meses para o término do mandato.

II — O Inc. V do Art. 16 passa a ter a seguinte redação:

Art. 16 V — a Mesa encaminhará, por intermédio do Governador, somente pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

III — O § 2o. do Art. 20 passa a ter a seguinte redação:

Art. 20

§ 2o. — Nos pedidos de informação, observados os requisitos do Art. 16, Inc. V, os Secretários de Estado deverão responder à Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias.

IV — O Art. 22 fica acrescido de mais um inciso:

Art. 22

XVI — Compôr o Colégio Eleitoral para a eleição do Governador, Vice-Governador e para o preenchimento de uma vaga na renovação dos dois terços do Senado Federal.

V — O § 2o., do Art. 24, passa a ter a seguinte redação:

Art. 24

§ 2o. — A proposta será discutida e votada em reuniões da Assembléia, dentro de noventa dias a contar de seu recebimento e considerar-se-á aprovada quando obtiver, em ambas as votações, maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

VI — Os parágrafos 4o., 10 e 11 do Art. 41, passam a vigorar da seguinte forma:

Art. 41

§ 4o. — Os auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3o., independentemente de aprovação pela Assembléia Legislativa, e terão as mesmas garantias prerrogativas e impedimentos dos conselheiros.

§ 10 — O Tribunal de Contas apreciará para fins de registro, a legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas ou pensões, independentemente de sua apreciação as melhorias posteriores.

§ 11 — O Governador poderá ordenar a execução ou registro dos atos a que se referem o parágrafo anterior e a alínea "b" do § 8o., "ad-referendum" da Assembléia Legislativa.

VII — O § 2o., do Art. 42 passa a vigorar da seguinte forma, ficando suprimidos os §§ 3o. e 4o.:

Art. 42

§ 2o. — A eleição do Governador e do Vice-Governador, para mandato de quatro anos, far-se-á pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal, obedecidas as seguintes normas:

I — O Colégio Eleitoral compor-se-á dos membros da

Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais;

II — cada Câmara indicará, dentre seus membros, um delegado e mais um por duzentos mil habitantes do Município, não podendo nenhuma representação ter menos de dois delegados, admitindo-se o voto cumulativo;

III — o Colégio Eleitoral, disciplinado na legislação federal, reunir-se-á na sede da Assembléia Legislativa, no dia 1o., de setembro do ano anterior àquele em que findar o mandato do Governador;

IV — será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos;

V — se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, esta será repetida; não se a obtendo na segunda, a eleição dar-se-á na terceira votação por maioria simples;

VI — o candidato a Vice-Governador considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado.

VIII — O Art. 45 passa a ser a seguinte redação:

Art. 45 — Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição, pelo processo estabelecido no § 2o. do Art. 42, trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

IX — O Art. 57 passa a ter a seguinte redação, ficando suprimidos os seus §§ e incisos:

Art. 57 — O Ministério Público será organizado em carreira por lei estadual.

X — O Art. 58 passa a ter a seguinte redação:

Art. 58 — Além das normas estabelecidas pela legislação federal, para a organização do Ministério Público, os seus membros ingressarão nos cargos iniciais mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos a não ser por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador Geral, com fundamento em conveniência de serviço.

XI — O Art. 63 fica acrescido de mais um parágrafo:

Art. 63

§ 4o. — Nenhum concurso terá validade por prazo maior de quatro anos, contado da homologação.

XII — O Art. 79 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 79 — O servidor público estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, exercerá o mandato eletivo, obedecidas as disposições deste artigo.

§ 1o. — Em se tratando de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

§ 2o. — Investido em mandato de Prefeito Municipal, será afastado de seu cargo, emprego ou função sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

§ 3o. — Investido em mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma prevista no § 1o., deste artigo.

§ 4o. — Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

XIII — O Art. 86 passa a ter a seguinte redação:

Art. 86 — É vedada a participação dos servidores públicos no

produto da arrecadação de tributos e multas.

XVI — O Art. 88 fica acrescido de mais um parágrafo, passando os §§ 1o.e 2o., a ter a seguinte redação:

Art. 88

§ 1o. — Na primeira instância a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício, não podendo o juiz, nesse período, perder o cargo a não ser por proposta do Tribunal a que estiver subordinado, adotada pelo voto de dois terços de seus membros efetivos ou dos integrantes do órgão especial a que alude o inciso V do Art. 144, da Constituição Federal.

§ 2o. — O Tribunal de Justiça, ou o órgão especial previsto no inciso V, do Art. 144, da Constituição Federal, poderá determinar por motivo de interesse público, em escrutínio secreto e pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, a remoção ou a disponibilidade de juiz de categoria inferior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, assegurando-lhe defesa, e proceder da mesma forma, em relação a seus próprios juizes.

§ 3o. — A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos estes casos com os vencimentos integrais.

XV — Os incisos I e II do Art. 89 passam a ter a seguinte redação:

Art. 89

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular e nos casos previstos nesta ou na Constituição Federal;

II — receber a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens ou custas nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento;

XVI — O Art. 91 passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido o seu parágrafo único:

Art. 91 — Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, vedadas emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesa.

XVII — O Art. 92 passa a ter a seguinte redação, permanecendo inalterados o Inc. II, e os §§ 1o. e 2o.

Art. 92 — Na organização da Justiça Estadual será observada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e os dispositivos seguintes:

I — o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, podendo a lei exigir dos candidatos prova de habilitação em curso de preparação para magistratura; a indicação dos candidatos far-se-á sempre que possível, em lista tríplice;

II —

a) — apurar-se-á na entrância a antiguidade e o merecimento, este em lista tríplice, sendo obrigatória a promoção do juiz que figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento;

b) — no caso de antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o juiz mais antigo, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos que integrem o órgão especial a que se refere o inciso V, do Art. 144, da Constituição Federal, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

c) — Somente após dois anos de exercício na respectiva entrância, poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito quem aceite o lugar vago, ou forem recusados, pela maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça ou do órgão especial, previsto no inciso V do Art. 144 da Constituição Federal, candidatos que hajam completado o estágio.

§ 1o. —

a) — tribunais inferiores de segunda instância, observados

os requisitos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

b) — juizes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pena de reclusão, e poderão substituir juizes vitalícios;

c) — justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamento.

§ 2o. —

§ 3o. — Os vencimentos dos juizes vitalícios, serão fixados com diferença não excedente de vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores, assegurados a estes vencimentos não inferiores aos que percebam os secretários de Estado, não podendo ultrapassar, porém, os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

XVIII — O Art. 93 passa a ter a seguinte redação:

Art. 93 — A Justiça Militar Estadual, tem como órgão de segunda instância, o Tribunal de Justiça e, como órgão de primeira instância, os Conselhos de Justiça, organizados na forma da lei federal, com competência para processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os integrantes da Polícia Militar.

XIX — O Art. 96 fica acrescido de mais dois parágrafos e transformando o seu parágrafo único em 1o.:

Art. 96 —

§ 1o. — Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou advogados serão preenchidos, respectivamente, por advogados ou membros do Ministério Público, indicados ao Governador em lista tríplice organizada pelo Tribunal.

§ 2o. — A lei poderá estabelecer, como condição à promoção por merecimento, a partir de determinada entrância, ou de acesso aos tribunais de segunda instância, pelo mesmo critério, frequência e aprovação em curso ministrado por escola de aperfeiçoamento de magistrados.

§ 3o. — Nos casos de impedimento, férias, licença ou qualquer afastamento, os membros de qualquer tribunal serão substituídos, sempre que possível, por outros de seus componentes, sem acréscimo de remuneração. A forma e os casos em que poderão ser convocados, para a substituição, juizes não pertencentes ao Tribunal, são regulados pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

XXI — Os incisos I e II do Art. 101, passam a ter a seguinte redação:

Art. 101

I — eleger seu Presidente e demais titulares de sua direção, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

II — elaborar seu Regimento Interno, respeitado o que preceituar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e organizar os seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei.

XXII — O § 1o., do Art. 106, passa a ter a seguinte redação:

Art. 106

§ 1o. — Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão eleitos na mesma data das eleições gerais para deputados, por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos.

XXIII — O Art. 107 fica acrescido de dois parágrafos e suprimido o seu parágrafo único:

Art. 107

§ 1o. — A remuneração dos vereadores será fixada pelas respectivas câmaras municipais para a legislatura seguinte, nos limites e segundo critério estabelecido em lei complementar federal.

§ 2o. — É vedado ao vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função.

XXIV — O Título V fica acrescido de cinco artigos, 157, 158, 159, 160 e 161, com a seguinte redação:

Art. 157 — Na Organização Judiciária serão adotados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, dentro de seis meses, contados a partir da vigência desta, ficando extintos os cargos de juiz substituto de segunda instância, qualquer que seja a sua denominação.

Parágrafo Único — Os juízes cujos cargos forem extintos, ficarão em disponibilidade com vencimentos integrais, até

serem aproveitados, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

Apoiamentos: Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Rosário Pitelli, Wilson Fortes, Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Jorge Sato, Ivo Thomazoni, Gabriel Manoel Ernesto Gnoato, Egon Pudell, Ezequias Losso, Augusto Carneiro, Aragão de Mattos Leão, Aguinaldo Pereira Lima e Quieise Crisóstomo.